

ELEIÇÕES GERAIS E PROVINCIAIS MOVIMENTAM OPOSIÇÃO CONSTRUTIVA

Yacub Sibindy lança maquete de governação

... e desafia partidos na oposição a pautarem pelo mesmo caminho

CAMILLO MATE

O presidente do Bloco da Oposição Construtiva, Yacub Sibindy, acaba de apresentar publicamente o seu manifesto eleitoral com vista a sua participação nas terceiras eleições gerais as primeiras provinciais, aprazadas para 28 de Outubro. O referido manifesto com o lema "Força de desenvolvimento sustentável", apresenta possíveis soluções para a pobreza absoluta que assola mais de 70% da população moçambicana.



Yacub Sibindy

Falando concretamente do seu manifesto eleitoral, o presidente do Bloco da Oposição Construtiva afirmou que, essencialmente, o mesmo assenta-se em sete pilares, dos quais três englobam os recursos que permitem o desenvolvimento de Moçambique e os restantes quatro abarcam áreas relacionadas com os recursos de sustentabilidade.

Esta é a primeira vez que o Bloco da Oposição Construtiva lança uma maquete de governação contendo aquilo que são as suas estratégias de liderança a serem implementadas, caso vença as eleições gerais e provinciais de 28 de Outubro.

Para Yacub Sibindy, a publicação e divulgação do seu manifesto eleitoral reflecte o estágio em que se encontra o Bloco da Oposição Construtiva como um governo-sombra maduro e responsável.

Na ocasião, Yacub Sibindy aproveitou a oportunidade para advertir a outros partidos na oposição que nalguns momentos os tratou de cogumelos e paraquedistas políticos para começarem a difundirem seus manifestos eleitorais.

Este político alertou ainda ao eleitorado sobre a necessidade de se prevenirem das falsas promessas que serão propaladas por indivíduos sem capacidade para governar Moçambique.

"Não é qualquer pessoa que pode governar um país. Somente pessoas organizadas como o Bloco da Oposição Construtiva podem governar Moçambique. Aliás, nós avançamos com a publicação do manifesto eleitoral que é resultado de muito trabalho, de modo que o eleitorado tenha a ideia de quem pretende alcançar a Ponta Vermelha, o Parlamento e as assembleias provinciais", vangloriou-se.

O ZAMBEZE publica em primeira mão as linhas gerais do manifesto eleitoral do Bloco da Oposição Construtiva que, entre vários itens, na política de terra defende que partindo do pressuposto de que a terra pertence ao povo representado pelo Estado e, portanto, não deve ser vendida, o Governo Construtivo pretende, caso vença as eleições, fazer com que cada família moçambicana tenha em seu poder 10 hectares de terra a explorar. Para o efeito será criado um ministério das Terras que irá tutelar todo o tipo de transações relacionadas com o uso e aproveitamento da terra.

"Esta política de partilha de terra entre o Estado e o sector familiar representa uma das distintas oportunidades do uso e aproveitamento de terra, contribuindo assim para

a governação construtiva, justa e uma distribuição equitativa de riqueza e desenvolvimento sustentável do cidadão", defendeu aquele político, para depois acrescentar que as doações que o Governo irá receber serão directamente canalizadas às famílias.

Ainda na mesma esteira, Yacub Sibindy diz que a desminagem do território nacional será o outro ponto focal das suas actividades.

Disse ainda que pretende acabar com a consulta comunitária que tem movimentado os nacionais para terras secas, deixando a terra arável para estrangeiros.

Assim, Sibindy quer que a terra fértil seja da pertença do povo moçambicano e cabe a este alocar aos estrangeiros de modo que ambas as partes saiam beneficiadas.

O presidente da Oposição Construtiva afirmou ainda que o actual governo tem dificultado o acesso à terra, "por isso o seu governo irá promover políticas mais adequadas para a aquisição das terras, ao mesmo tempo que vai atrair mais investimentos para o nosso país".

Política de águas

A Governação Construtiva vai introduzir políticas sobre o uso e aproveitamento das águas, construindo canais fluviais ligados aos rios de curso permanente, irá construir mais barragens hidroeléctricas e diques de modo a assegurar o armazenamento de água em todo o território nacional, visando garantir que ao invés de uma existam três campanhas agrícolas por ano, porque só assim o país poderá mitigar as constantes calamidades naturais provocadas pelas cheias e secas prolongadas que têm se registado no país.

Para a materialização desse projecto já foram identificados parceiros do sector privado que poderão ser acompanhados por firmas estrangeiras vocacionadas para esse tipo de empreendimentos.

O líder da Oposição Construtiva defendeu que mesmo que não chegue à Ponta Vermelha irá promover essa política junto do Governo vencedor, pois este é o primeiro passo em direcção à revolução verde e não o que se anda por aí a

propalar.

Nesse âmbito será igualmente criado um ministério das águas para uma melhor gestão e tutela dos serviços nele inerentes.

Política de agricultura

Porque a terra é a base da agricultura, o Governo Construtivo irá adoptar políticas claras sobre o desenvolvimento sustentável da agricultura, priorizando o sector familiar, por considerar que este é um instrumento-chave para o combate à pobreza absoluta a curto e médio prazos.

Sibindy revelou que o seu governo irá apoiar as populações, fornecendo sementes agrícolas, tecnologia, máquinas, entre outras ferramentas agrícolas.

O manifesto destaca ainda que a governação construtiva vai introduzir na agricultura o cultivo de culturas seleccionadas para o combate ao HIV/SIDA, garantindo uma dieta melhorada para os indivíduos vivendo com o vírus de Sida. Ainda nesse âmbito, parte do dinheiro alocado aos seropositivos será direccionado ao sector da agricultura.

Segundo o mentor do projecto, o sector que lida com os casos de HIV/SIDA terá o estatuto de uma direcção nacional no Ministério da Agricultura e terá pela frente a tarefa de formar os seropositivos em matéria de gestão de projectos agrícolas. Trata-se de uma política que visa valorizar aquela camada e mostrar à sociedade que apesar do seu estado de saúde aquelas pessoas ainda são válidas no processo de desenvolvimento do país.

No que respeita às políticas de sustentabilidade, o Bloco da Oposição Construtiva destacou quatro pontos que vêm se juntar aos anteriores três, nomeadamente:

Política de promoção de investimentos

Para evitar uma relação de dependência e endividamento do Estado, o Governo Construtivo de Yacub Sibindy vai apostar na massificação e divulgação dos recursos naturais que o país dispõe, de modo a atrair mais divisas para a capacitação da economia do sector familiar. Vai garantir igualmente melhores políticas sobre a utilização transparente dos fundos e doações externas que constituem uma das fontes do Orçamento do Estado.

Terá um ministério que irá fazer o levantamento da base de dados visando identificar as potencialidades que Moçambique possui e irá prosseguir a sua posterior divulgação nos órgãos de comunicação social na internet, para dar a conhecer ao mundo as potencialidades de que Moçambique dispõe.

Política de distribuição de recursos

Esta política visa criar as mesmas oportunidades para todos, quebrando dessa forma todo e qualquer tipo de barreiras causadas pelas diferenças a vários níveis. Para esse efeito, o Governo Construtivo irá promover o surgimento de mais micro-projectos de modo a abarcar maior número de trabalhadores, para além de introduzir políticas claras sobre a gestão dos recursos.

Política da mulher como base da família

Por se reconhecer que o papel da mulher vai para além de mãe e ou progenitora, a Governação Construtiva quer ver implementadas políticas

claras que permitam que as mulheres tenham uma voz activa nos circuitos de decisões políticas e do Estado.

Para além do Estado reconhecer o papel da mulher no sentido da legislação, deve definir políticas claras e práticas sobre a posição dessa mesma mulher na vanguarda do desenvolvimento e gestão da economia do sector familiar como ponto de partida para o sucesso do combate à pobreza e no desenvolvimento sustentável.

Ainda neste capítulo, Yacub Sibindy defende a necessidade de haver um subsídio para a mulher desempregada e bem identificada. Diz ainda que o reconhecimento pelo papel da mulher não deve se singir na mulher da cidade que ocupa grandes cargos de liderança mas, acima de tudo, deve se estender para as mulheres batalhadoras, aquelas que muitas vezes dormem sem saber o que é que irão dar de comer aos seus filhos no dia seguinte. Esta estratégia visa fazer face às políticas em vigor que ainda são uma utopia, segundo Sibindy.

Política de transparência da gestão do bem público e combate à corrupção

Visando acabar com a burocracia que se vive no sector público associada à corrupção, o Governo Construtivo quer capacitar e incutir no cidadão o conhecimento sobre o Estatuto do funcionário público. Este documento estará afixado em todos os lugares públicos.

De acordo com Sibindy, as punições para os infractores serão diferenciadas, sendo as mais rigorosas para os dirigentes que mesmo recebendo bons salários se envolvem em esquemas de corrupção.

Para o simples funcionário público, atendendo que auferir um salário de fome e, portanto, envolveu-se em actos de corrupção para garantir algum valor para a sua sobrevivência, a sua condenação será repartida com o Estado.

Porém, esta não será a única estratégia de combate à corrupção. O Governo irá promover campanhas de educação cívica de modo a consciencializar o cidadão contra as práticas ilegais antes de o levar às barras do tribunal.

Na medida do possível, a governação construtiva irá introduzir no Sistema Nacional de Educação a disciplina de educação cívica, onde se pretende incutir no cidadão o conhecimento da legislação de modo que este reclame os seus direitos de cidadão. ☐